

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 22/06/2016

- [Plantão de Nutrição no Centro Integrado da Criança e do Adolescente](#)
- [Seminário discute a exploração sexual e trabalho forçado sob a perspectiva do trabalho infantil](#)
- [CNJ prepara resolução sobre assistência a presidiárias e seus filhos](#)
- [CNJ Serviço - Conheça os direitos do trabalhador menor de idade](#)
- [Menina escreve carta à mãe no AM e denuncia pai por estupro: 'Me ajuda'](#)
- [Bilhete de escola gera desabafo de mãe contra racismo - 'Não quero que minha história se repita com meus filhos'](#)
- [Cinco suspeitos de estupro coletivo de adolescente são presos no Paraná](#)
- [Aluguel de brinquedos surge como alternativa à compra](#)
- [Bebês nascidos no Hospital da Mulher já podem sair com a certidão de nascimento](#)
- [Crianças deixadas por pai dentro do carro morrem de calor em Israel](#)
- [Grávidas em áreas afetadas pelo zika vão participar de estudo da Fiocruz e EUA](#)
- [Abraminj apoia ativamente da criação de fórum nacional cível da infância e da juventude](#)
- [UNICEF e Banco do Brasil firmam parceria para mobilizar clientes em defesa das crianças e jovens](#)

Assunto: Plantão de Nutrição no Centro Integrado da Criança e do Adolescente

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 22/06/2016



O Núcleo do Programa Saúde Legal realizará no dia **06 de julho 2016**, das **13 às 19 horas**, o **Plantão de Nutrição em substituição ao que não aconteceu no dia 20 de junho**. A atividade tem como objetivo orientar os colaboradores do Tribunal de Justiça de Pernambuco para adoção de hábitos saudáveis de alimentação.



Assunto: Seminário discute a exploração sexual e trabalho forçado sob a perspectiva do trabalho infantil

Fonte: Promenino

Data: 22/06/2016

Promenino



Na foto, Djamila Ribeiro, secretária-adjunta de Direitos Humanos de São Paulo

Quando o menino retirou a jaqueta, seus braços estavam cobertos de queimadura de cigarros. Diferente de seus pais, imigrantes bolivianos que produziam jaquetas a custo de R\$ 200 – eles ganhavam apenas R\$ 5 por peça – a criança não recebia dinheiro. Recebia punições, caso errasse na confecção. Sua situação de criança imigrante o tornava vulnerável em um território também fragilizado, o da proteção a crianças e adolescentes contra o trabalho forçado e a exploração. Ele não

estava em situação diferente de Aline (*nome fictício*), 15 anos. Transexual, ela experimentou a hostilidade dentro de casa e da escola, e tornou-se explorada sexualmente em uma cidade fronteira do Brasil.

O imaginário brasileiro no que se refere às piores formas de trabalho infantil quase sempre sugere imagens de crianças e adolescentes trabalhando em lavouras ou carvoarias. Este cenário recebe grande cobertura midiática, mas o mesmo não se pode dizer das formas de abuso descritas acima e sua ligação direta com preconceitos da sociedade contemporânea: machismo, racismo, homofobia, xenofobia e transfobia criam margens para exploração sexual e trabalho forçado, e embora exista um consenso de que essas violências devem ser combatidas, o olhar sobre elas se transforma dependendo de quem for a vítima.

Populações vulneráveis ao trabalho forçado e à exploração sexual e como os diversos setores da sociedade podem ser efetivos no combate a essas formas de abuso foram os temas que nortearam o seminário “*Exploração sexual e tráfico de pessoas: aspectos relacionados ao trabalho escravo e infantil*”. O evento, que aconteceu dia 17 de junho no Auditório do Fórum Trabalhista, foi organizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT-SP), e contou com a parceria e a presença de representantes da Escola Judicial e do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do Ministério Público do Estado de São Paulo, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), da Defensoria Pública da União e da ONG Repórter Brasil.

“Todos esses crimes acontecem porque ainda temos uma sociedade que segmenta as pessoas de maior qualidade ou menor qualidade. E com as pessoas de menor importância ou

chamados de indesejáveis, não há preocupação. Elas são tratadas como objeto, como mercadoria”, ressaltou Thais Dumet, coordenadora nacional da OIT.

No Brasil, a estimativa do UNICEF é que 500 mil crianças sofram violência sexual todo ano. O procurador do trabalho Eduardo Varandas, primeiro palestrante do dia, abriu sua fala dizendo que os números que o preocupam são os que não são alcançados pelas estatísticas. “Os números reais são severamente piores que as estimativas. A exploração sexual muitas vezes está disfarçada”, ele comentou, referindo-se aos difíceis casos de rastreamento e como a tecnologia pode potencializar violências. Seu companheiro de mesa, o juiz federal Carlos Henrique Haddad, trouxe um panorama do complexo sistema judicial brasileiro e como ele muitas vezes favorece a impunidade. “São 49 mil casos de trabalho análogo à escravidão no Brasil, e não temos ninguém preso.”

O segundo painel apresentou um estudo de caso envolvendo vítimas de exploração sexual oriundas de diversas geografias sociais: uma jovem transexual, uma imigrante e uma vítima de tráfico entre estados brasileiros. Os palestrantes abordaram o caso sobre perspectivas diversas, todas tangenciadas pela fragilidade da rede de proteção em torno de vítimas socialmente vulneráveis. Graziella de Ó Rocha, representante da ASBRAD, mostrou perspectivas fronteiriças – crianças e adolescentes de cidades que fazem a divisa entre países sofrem de desproteção por parte de políticas públicas, e também porque nelas há um grande fluxo de migrações de indivíduos vulneráveis, como mulheres e crianças refugiadas ou grupos indígenas.

Thais Dumet escolheu o caso pelos perfis variados das vítimas, e também pela importância de se endereçar a exploração sexual como uma das piores formas de trabalho infantil. O tema esteve em voga nos anos 2000, com a criação do Plano Nacional de Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, mas hoje não conta com tanta cobertura midiática ou grandes espaços de discussão. “É fundamental retomar essa agenda, tornando-a uma política única, fortalecendo e dando apoio a ONGs e órgãos públicos para repensar o combate ao tema”, ela falou com exclusividade ao Promenino.

O último painel do evento reuniu, sob a tutela do jornalista Leonardo Sakamoto, ativistas, procuradores e auditores para discutir a vulnerabilidade de crianças migrantes e refugiadas, além dos profissionais do sexo e transgêneros. Margaret Matos de Carvalho, procuradora regional do Trabalho, falou das dificuldades de ação em regiões fronteiriças para coibir o tráfico de crianças, pois muitas vezes o procurador ou auditor fiscal entra em terrenos perigosos e sem a devida proteção, além de enfrentar uma burocracia que o tráfico não enfrenta. “Não existe fronteiras para os que exploram, mas para os que protegem sim”, ela declarou.

Djamila Ribeiro, secretária-adjunta de Direitos Humanos de São Paulo, focou na importância de se conhecer as origens do Brasil; não há como ignorar que o país fundou-se na cultura do estupro e exploração, principalmente das mulheres negras. A herança está nas estatísticas de hoje: são as mulheres negras as maiores vítimas da violência. “Todas as políticas públicas, como habitação, saúde e educação, têm que possuir recorte racial e de gênero”, ela falou ao público. Diminuir a vulnerabilidade de determinados grupos sociais significa olhar para violências como machismo e racismo como estruturais, e que precisam ser combatidas em seu cerne.

A última rodada dos debates foi destinada às perguntas da plateia, que em sua grande maioria, procurou caminhos possíveis e interseccionais nos combates a essas violências, em especial

no tocante a projetos e reformulação de políticas públicas efetivas. Foram feitas perguntas sobre o Projeto de Lei 4.211/2012, intitulado Gabriela Leite, proposta pelo deputado Jean Willys, que sugere regulamentação das atividades de profissionais de sexo. Também foram levantadas questões sobre como fortalecer relações trabalhistas no que se refere ao grande fluxo migratório para São Paulo, além da extensão de uma rede de proteção às crianças imigrantes. “Esse evento é um grande avanço. Colocar o tema da exploração sexual em pauta dentro de um órgão onde ele não era tradicionalmente discutido dá uma força absurda ao movimento”, concluiu Thais Dumet.

Assunto: CNJ prepara resolução sobre assistência a presidiárias e seus filhos

Fonte: CNJ

Data: 22/06/2016



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trabalha na elaboração de uma resolução que estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres e gestantes presas, bem como seus filhos, com objetivo de impedir que esses sigam o caminho da criminalidade. A minuta de resolução, que deverá ser submetida e discutida em plenário, engloba, dentre outras providências, a articulação com diversos setores na área da saúde, assistência social, educação, trabalho e segurança. O ato normativo deve incorporar, inclusive, práticas do Projeto “Amparando Filhos”, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), que tem alcançado resultados positivos na assistência dispensada aos filhos menores de mulheres que cumprem penas privativas de liberdade.



Elaborada pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, a minuta de resolução está sendo construída na perspectiva de se assegurar a humanização do sistema prisional feminino, especialmente no que diz respeito à arquitetura prisional e rotinas carcerárias, visando a garantir à gestante e à mulher com filho, em situação de privação de liberdade, um ambiente que esteja em absoluto alinhamento com as normas sanitárias.

A norma objetiva também combater qualquer forma de tratamento cruel, desumano e degradante dentro e fora do ambiente prisional. De acordo com o juiz auxiliar da presidência Luis Geraldo Lanfredi, coordenador do DMF, o aprisionamento de pessoas, sem se atentar para a perspectiva do recorte de gênero, produz efeitos e consequências muito mais negativas, na medida em que ignora particularidades das próprias das mulheres, acentuando os contornos da violência institucional já inerente à prática prisional.

População crescente - No Brasil, de acordo com dados do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen 2014), o ritmo de crescimento da taxa de mulheres presas cresceu, no período entre 2005 a 2014, 10,7% ao ano – espaço de tempo em que a população feminina saltou de 12.925 presas para 33.793.

Conforme estudo apresentado pela psicóloga Cláudia Stella, professora da Universidade Mackenzie (SP), intitulado “Filhos do Cárcere: estudo sobre as mães que vivem com seus filhos em regime fechado”, a criminalidade materna pode afetar, socialmente, os próprios filhos de detentas, os quais passam a ser punidos com o estigma, o ostracismo e a violência, especialmente no ambiente escolar. O estudo também mostra que, de acordo com o censo penitenciário paulista realizado no ano de 2002, 86,9% das companheiras assume a guarda dos filhos dos homens presos, enquanto apenas 19,5% dos filhos de mulheres presas ficam com seus companheiros.

Convivência familiar - A minuta de resolução prevê ainda medidas para assegurar os direitos das mulheres presas e seus filhos, garantindo-lhes a convivência, o respeito à amamentação exclusiva até os seis meses de vida e complementada até dois anos com outros alimentos saudáveis, que deverão ser manipulados com segurança sanitária e nutricional. Também está prevista na resolução a promoção de ações de interação, cuidado e estímulo ao desenvolvimento da criança, bem como o contato frequente com situações e contextos externos ao presídio no qual suas mães se encontram e acesso à rede pública de educação.

Devem ser desenvolvidas, conforme o texto da norma, práticas que assegurem a efetivação do direito à convivência familiar, em especial com os pais e família extensa. Em relação à visitação, o Poder Judiciário e o Poder Executivo deverão estimular dias de visitação especial, diferentes dos dias de visita social, para filhos e dependentes, crianças e adolescentes, sem limite de quantidade, com a definição de atividades de interação a cargo de equipe multidisciplinar.

Acompanhamento da saúde – A minuta de resolução elaborada pelo DMF prevê, também, a garantia de atendimento obstétrico humanizado, bem como a todas as enfermidades clínicas e ginecológicas, inclusive infecções sexualmente transmissíveis, e ações de prevenção de câncer de mama e de colo de útero. A normativa contempla, inclusive, a identificação e atendimento de mulheres vítimas de violência, o acesso a métodos contraceptivos e acompanhamento pré-natal. Baseada na Lei 11.108, de 2005, há previsão de autorização e garantia à mulher da presença de um acompanhante de sua escolha durante o trabalho de parto.

Em relação às crianças, filhos das mulheres presas, deve-se assegurar o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento da prole, dentre outras providências. O texto prevê, ademais, a possibilidade de se admitir, em situações especiais, o deslocamento da mulher do presídio para amamentar ou acompanhar seu filho, quando a criança estiver internada em hospital ou impedida de ser levada ao presídio.

Projeto Amparando Filhos – O projeto “Amparando Filhos”, desenvolvido pelo TJGO, tem oferecido o suporte no processo de socialização dos menores filhos de mulheres presas, por meio de assistência psicológica e material, e da manutenção do vínculo materno em um ambiente menos hostil.

O conselheiro Norberto Campelo, que recebeu os magistrados responsáveis pelo projeto goiano, explica que a iniciativa orienta os magistrados brasileiros a prestar uma melhor assistência às famílias das presidiárias. “Um programa desse porte consegue reduzir os danos causados à família que são inerentes à prisão”, avalia o conselheiro Norberto Campelo.

De acordo com o desembargador Luiz Eduardo de Sousa, coordenador do Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO, que realizou visita ao CNJ no dia 15 de junho

para apresentar o projeto ao conselheiro do CNJ Norberto Campelo e ao juiz coordenador do DMF, Luís Lanfredi, o projeto potencializa a articulação de uma rede de proteção que já existe, como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Outra previsão do projeto é a regularização da guarda de fato, durante o período em que as mães permanecem encarceradas, com apoio da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo dados do projeto “Amparando Filhos”, no estado de Goiás há 713 mulheres privadas de liberdade, sendo que, dessas, 503 são mães. O projeto promove o acompanhamento integral dos filhos de reeducandas, com visita realizada por uma equipe multidisciplinar à casa dessas crianças e ou adolescentes. Em seguida, é estabelecido um plano de atendimento e, caso seja necessário, são estabelecidas medidas específicas de proteção estipuladas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O projeto prevê ainda amparo pedagógico, psicológico, afetivo e financeiro, por meio de apadrinhamento pela sociedade civil organizada, para que a criança ou adolescente preserve um sadio e pleno desenvolvimento. “O projeto do TJGO permite atenuar a degradação familiar enquanto efeito consequencial do encarceramento, preservando um mínimo de convivência entre mães encarceradas e seus filhos, evitando que estes tenham ainda mais elevada a sua condição de vulnerabilidade social”, diz o juiz Lanfredi, do CNJ.

De acordo com o juiz da comarca de Serranópolis, Fernando Augusto Chacha de Rezende, coordenador executivo do projeto, em um dos casos atendidos foi possível reformar completamente o imóvel de uma reeducanda que está grávida de oito meses, por meio de parcerias com voluntários da sociedade civil. A gestante também recebeu o enxoval completo e foi determinado o seu recolhimento domiciliar. As medidas tomadas seguiram os parâmetros definidos nas Regras de Bangkok, documento da Organização das Nações Unidas com diretrizes para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, cuja tradução oficial foi realizada pelo CNJ neste ano.

Assunto: CNJ Serviço - Conheça os direitos do trabalhador menor de idade

Fonte: CNJ

Data: 22/06/2016



A Constituição Federal considera como menor trabalhador, em seu artigo 7º, o adolescente entre 16 e 18 anos – o trabalho a partir dos 14 anos só é permitido na condição de menor aprendiz, por meio das regras estabelecidas no contrato de aprendizagem, que é limitado a dois anos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regulamenta o trabalho a partir dos 14 anos ao longo de aproximadamente 40 artigos que versam sobre a proteção do trabalho do menor. Nesta edição do CNJ Serviço,

procuramos esclarecer alguns dos principais direitos e regras do trabalho de menores de idade.

Acompanhe:

Local adequado - A Constituição Federal proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de idade, a partir dos 14 anos. Da mesma forma, conforme a CLT, o trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Considera-se prejudicial à moralidade do menor, dentre outros ambientes, o trabalho prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, dancings e estabelecimentos análogos, bem como na venda de bebidas alcoólicas. A CLT estabelece ainda que é dever dos responsáveis legais do menor, pai, mãe ou tutor, afastá-lo de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, reduzam o tempo de repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral.

Jornada e férias – A CLT garante a Carteira de Trabalho e Previdência Social para todos os menores de 18 anos e define que, devidamente anotado, o documento permanecerá em poder do menor. A CLT determina que após cada período de trabalho efetivo do menor, contínuo ou dividido em turnos, haverá um repouso não inferior a 11 horas e, a não ser em caráter excepcional, é vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho. Além disso, caso o menor de 18 seja empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho deverão ser somadas para fins de repouso. O empregado estudante tem o direito de coincidir as férias com o recesso escolar e é proibido ao empregador fracionar o seu período de férias.

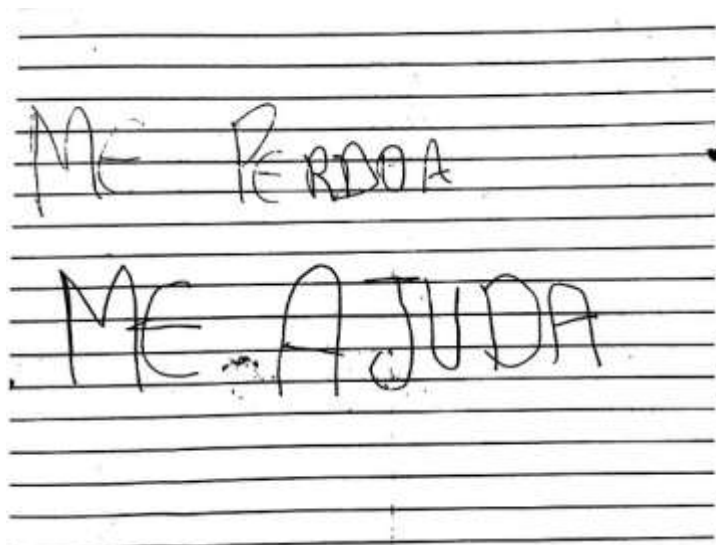
Direitos trabalhistas - O trabalhador menor de 18 anos também possui garantias previdenciárias e trabalhistas, como seguro-desemprego, depósito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), salário mínimo, décimo terceiro salário com base na remuneração integral e participação nos lucros ou resultados da empresa (PLR), dentre outros. Em relação à licença-maternidade, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) entende, com base na Súmula 244, que o contrato de aprendizagem é modalidade de contrato por prazo determinado e a ela também se aplica a estabilidade da gestante.

Menor aprendiz – A aprendizagem tem o objetivo de preparar o jovem para desempenhar atividades profissionais e, ao mesmo tempo, permitir às empresas formarem mão de obra qualificada. Pode ser aprendiz o adolescente ou jovem entre 14 e 24 anos que esteja matriculado e frequentando a escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrito em programa de aprendizagem. Caso o aprendiz seja uma pessoa com deficiência, não haverá limite máximo de idade para a contratação e o contrato de aprendizagem não estará limitado a dois anos. O artigo 428 da CLT determina que ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

Assunto: Menina escreve carta à mãe no AM e denuncia pai por estupro: 'Me ajuda'

Fonte: Portal G1

Data: 22/06/2016



Menina denunciou estupro e pediu ajuda da mãe

Uma carta foi a maneira encontrada por uma menina de 12 anos de contar à mãe sobre os estupros sofridos pelo próprio pai, dentro da casa da família. O pedido de socorro foi entregue para policiais militares da Zona Leste de Manaus, e o homem foi preso, em flagrante, na noite de terça-feira (21). No relato, a criança conta que os estupros ocorriam há algum tempo e que já havia escrito uma outra carta para a mãe, mas não teve coragem de entregar. No texto, ela pede ajuda.

O tenente B. Chaves, da 4ª Companhia Interativa Comunitária (Cicom), contou ao **G1** que foi abordado pela menina e pela mãe, ambas abaladas. Após ouvir o relato das duas e ler o conteúdo da carta, uma viatura foi até a casa da família e o homem foi preso, em flagrante.

A menina contou à polícia que foi vítima de mais um estupro na tarde de terça e por isso decidiu escrever uma carta para a mãe. "Ela sentia vergonha, tinha medo. Ela pedia perdão porque na cabeça dela estava traindo a própria mãe", disse o policial.

Relato

No texto, a criança fez um relato de como ocorriam os crimes. A menina não cita quando os estupros tiveram início, mas afirma que eles ocorriam há muito tempo. Ela chega a pedir perdão para a mãe e a dizer que não conseguia impedir os abusos do pai.

"Mãe, me perdoa. Faz um tempo que isso está acontecendo [...] hoje isso aconteceu, isso é tão nojento. Mãe, eu nunca teria coragem de dizer para ele parar. Tudo começou quando ele veio com uma história de que queria lutar. Eu queria tirar ele de cima de mim, mas eu não conseguia, depois eu deixei, mas na minha mente eu nunca quis, ele falava para eu não sair, só que me doía muito, mas eu sempre deixava. [...] Eu não queria olhar na cara dele, mas eu tinha que fingir que estava tudo normal. Eu não queria mais escutar no jornal coisa (sobre) abuso porque me doía muito. Eu já tinha escrito outra carta, só que não tive coragem de

entregar. Eu pedi a Deus coragem para entregar essa. Por isso eu ficava com raiva de repente, nem ele nem a senhora me viram chorando, mas eu choro muito", diz um trecho da carta.

Segundo a Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (Depca), o homem tem 34 anos, é industriário durante o dia e de noite faz bicos como mototaxista. Na delegacia, o pai negou as acusações da filha.

A menina foi encaminhada para exames no Instituto Médico Legal (IML). O laudo, segundo a assessoria da Polícia Civil, confirmou os abusos.

O pai da criança foi autuado por estupro de vulnerável e deve ser encaminhado à Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa.

Dados

Em Manaus, 1. 283 casos de estupro em menores de 18 anos foram registrados de janeiro de 2014 a maio de 2016. Em 732 deles, as vítimas tinham menos de 11 anos.

Os dados fazem parte de um levantamento feito pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), que apontou ainda o total de 551 registros de estupros com vítimas entre 12 e 17 anos.

Juliana Tuma, titular da Depca, afirmou que grande parte dos estupros são cometidos por alguém da família ou próximo da criança, dificultando que a vítima revele o crime. Ter atenção ao comportamento das crianças contribui para os responsáveis descobrir os casos.

"A própria alteração psicossomática nessa criança vai mostrar algo errado, como introspecção, agressividade, isolamento, tristeza, apatia, alterações no sono. Então, a mãe tem que estar atenta para alterações de comportamento de seu filho e estabelecer uma relação de confiança com ele para evitar esses casos", afirma a delegada.

Assunto: Bilhete de escola gera desabafo de mãe contra racismo - 'Não quero que minha história se repita com meus filhos'

Fonte: Portal G1

Data: 22/06/2016



Um bilhete em que uma profissional de educação pede a uma mãe que apare ou trance o cabelo de seus filhos, ambos negros, provocou revolta da família e está causando polêmica nas redes sociais.

O bilhete foi enviado na última sexta-feira, 16 de junho, na agenda dos gêmeos Antônio e Benício, de 3 anos, filhos da professora de canto Débora Figueiredo, moradora de Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense. Os dois estudam no Educandário Eliane Nascimento, em Caxias.



Bilhete pedia que cabelo de gêmeos Antônio e Benício fosse aparado ou trançado

"Olá! Mamãe Débora, peço-lhe se possível aparar ou trançar o cabelinho dos meninos, eles são lindos, mais (sic) eu ficaria mais feliz com o cabelo deles mais baixo ou preso. Beijos, Fran", diz o bilhete.

Débora considerou o recado uma expressão de preconceito racial e fez um post em tom de desabafo: "Meus filhos Antônio e Benício foram vítimas de preconceito por causa do cabelo deles, recebi essa mensagem na agenda escrita pela coordenadora da escola que até então tinha meu respeito, daqui em diante..." A mensagem se espalhou, compartilhada por amigos, amigos de amigos e pessoas que ela nem conhece.

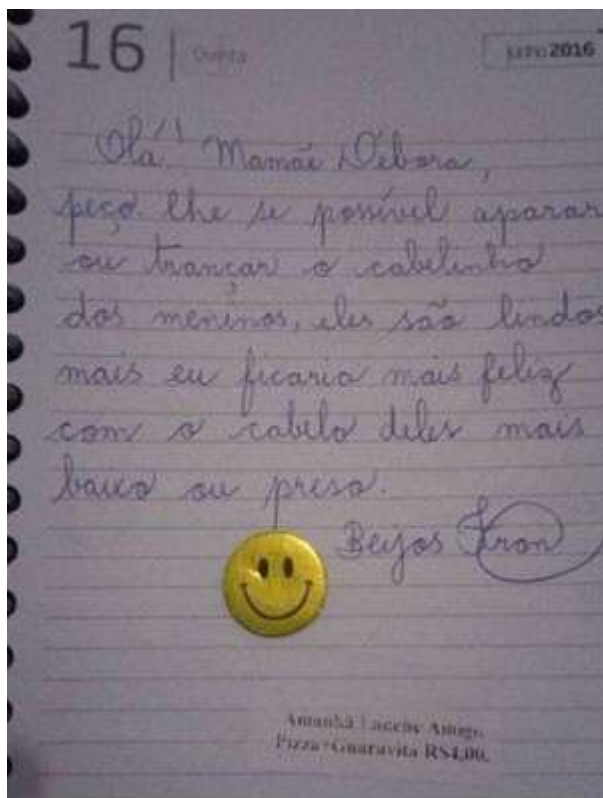
Ela foi procurada pela escola e, na segunda-feira, 20 de junho, esteve no colégio acompanhada de seu advogado. A diretora Eliane Nascimento, proprietária do educandário que leva seu nome, disse então que só falaria com a mãe também acompanhada de um advogado, e nova reunião foi marcada para esta quarta-feira, 22 de junho.

Além dos gêmeos, outro filho de Débora, de 2 anos, também é aluno do educandário. Há sete meses, ela perdeu o filho caçula, de apenas oito meses.

À BBC Brasil, Eliane Nascimento defendeu o tom do bilhete e disse que ele, em intenção ou expressão, não é mostra de qualquer tipo de preconceito racial da coordenadora, que é sua filha.

Segundo Eliane, há um surto de piolhos na escola, e o alerta da coordenadora foi no sentido de proteger os gêmeos, por entender que eles, com os cabelos cheios, ficam mais sujeitos a serem contaminados por colegas que têm piolhos.

Segundo ela, o tema "piolho" não apareceu no bilhete porque as crianças às vezes são buscadas por outra pessoa da família, e a coordenadora não quis falar do problema diretamente.



Mãe de gêmeos considerou recado preconceituoso

me chamavam de nomes, eu chorava, brigava, apanhava... sofri muito. Meus pais sempre me diziam que eu era linda, mas nunca agiram diretamente no colégio. Não quero que a história se repita com meus filhos", afirmou Débora, que está à procura de uma nova escola para as crianças.

'Sem preconceito'

"De modo algum houve preconceito. Meu marido é negro. Aqui na escola aceitamos pessoas de todas as etnias e religiões, sem discriminação", afirmou Eliane. Ela afirmou ainda que a infestação de piolhos foi um dos temas da reunião de pais realizada no dia 3 de junho, e que uma circular foi enviada aos pais pedindo ajuda para combater o problema.

Segundo Eliane, o educandário existe há 20 anos e tem cerca de 300 alunos, da educação infantil ao 9º ano.

Débora Figueiredo disse que recebeu a circular com o aviso do surto de piolhos, mas que o bilhete não é a mesma coisa, por se tratar de um recado específico sobre os cabelos dos gêmeos e sem falar em piolhos.

"Eu mesma fui vítima de muito preconceito quando criança. Os colegas faziam música,

Assunto: Cinco suspeitos de estupro coletivo de adolescente são presos no Paraná

Fonte: Portal G1

Data: 22/06/2016



Cinco pessoas foram presas suspeitas de participar do estupro coletivo de uma adolescente de 13 anos em Adrianópolis, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), na tarde de terça-feira (21). O abuso sexual, segundo a Polícia Civil, ocorreu na madrugada do mesmo dia.

Entre os presos, está a tia da adolescente. Segundo a polícia, ela é suspeita de ter facilitado o abuso sexual, fornecendo bebida alcoólica e droga para a sobrinha.

Os outros suspeitos presos são dois jovens de 21 anos, um homem de 26 anos e um idoso de 66 anos.

"A tia pegou a sobrinha e foram até o bar, onde beberam bastante. Do bar, foram para a casa de um dos suspeitos, de 66 anos, no bairro Vila Bela. Teve cocaína e, aí, aconteceu tudo o que tinha para acontecer", explica o delegado responsável pelo caso, Mário Bradock.

Ainda conforme Bradock, quando acordou, a adolescente estava pelada e desorientada. "Ela relatou sentir ardência nas partes íntimas e que, ao chegar em casa, contou para a mãe o que havia acontecido. Imediatamente, procuraram a polícia", relata.

Bradock afirma ainda que mãe da vítima relatou que, por estar drogada, a filha não soube dizer com quantas pessoas teve relações sexuais. "Logo depois da denúncia, já prendemos os cinco", acrescenta o delegado.

Ainda na terça-feira, a adolescente foi encaminhada para exames no Instituto Médico-Legal (IML). A polícia aguarda os resultados. "Ainda nesta quarta-feira [22], vamos encaminhar os suspeitos para exames de DNA. Encontramos sêmens em camisinhas", explica.



Cinco pessoas foram presas suspeitas de participar do estupro coletivo

Os cinco suspeitos estão presos em Bocaiúva do Sul, também na RMC, e podem responder por conjunção de menor, fornecimento de drogas e bebidas alcoólicas a adolescente, estupro de vulnerável e associação criminosa.

Assunto: Aluguel de brinquedos surge como alternativa à compra

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 22/06/2016



Os pais conhecem bem o sentimento de investir em brinquedos caros e, pouco tempo depois, vê-los serem deixados de lado. Seja porque a criança cresceu, seja porque ela não se adaptou ao produto. Atentas a essa demanda do mercado, uma série de empresas de aluguel de brinquedos estão surgindo pela internet.

Primeira no Nordeste a seguir neste nicho de mercado, a recifense LokToy foi lançada em novembro do ano passado, fundada pelas empresárias Amanda Cavalcanti e Vidiane Pinheiro. "A ideia surgiu quando eu e minha sócia tivemos filhos. Na prática, vimos como os brinquedos são caros e em um curto espaço de tempo ficam obsoleto. Não é sustentável", explica Vidiane. Atualmente, a empresa conta com cerca de 300 itens voltados para crianças entre 0 e 7 anos à disposição para aluguel mensal.

Carrinhos elétricos, ursinhos e outros utensílios, como cadeirinhas, berços portáteis e babás eletrônicas são algumas das opções oferecidas aos pais. "Tudo em poucos cliques. É só escolher o brinquedo, assinar um plano que varia entre R\$70 e R\$240 e esperar para receber o produto em casa", explica, destacando que o aluguel geralmente gira em torno de 10% do valor de compra do produto.

Ao invés de desembolsar aproximadamente R\$ 500 em uma cadeirinha para o filho Miguel, de 6 meses, Rebeca Melo optou por alugar e pagou R\$ 60 o mês. "O produto era para que ele treinasse ficar sentado, o que é uma fase rápida. Então aluguei, ele usufruiu e eu economizei", conta a psicóloga, que há dois meses está alugando um apoiador para o bebê treinar a caminhada. A locação tem ainda outras vantagens, como lembra Rebeca. "Com o aluguel a gente não acumula uma série de itens em casa que a criança já não usa mais e ainda pratica um consumo sustentável", diz.



Entre os itens mais alugados estão as cadeirinhas e os tapetes de atividade. "Com o empréstimo, os pais podem oferecer aos filhos a oportunidade de brincar com produtos que, muitas vezes, eles não poderiam comprar. Temos brinquedos de até R\$ 1.300, como o

jumperoo, que uma cadeirinha de balanço para crianças bem pequenas", ressalta. Todas as peças são higienizadas com sabão neutro e álcool 70% antes de serem enviadas para o cliente, garante a empresária.

Assunto: Bebês nascidos no Hospital da Mulher já podem sair com a certidão de nascimento

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 22/06/2016

jornal do  commercio

A Prefeitura do Recife inaugura nesta quarta-feira (22) o cartório do **Hospital da Mulher do Recife**. A partir de hoje, os bebês que nascerem na unidade, já sairão de lá com a certidão de nascimento. A ação faz parte do Programa Minha Certidão e a emissão do documento será gratuita.

Assunto: Crianças deixadas por pai dentro do carro morrem de calor em Israel

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 22/06/2016

jornal do  commercio

Dois irmãos de 18 meses e 3 anos de vida morreram nesta quarta-feira depois que seu pai os deixaram em um carro em meio a forte **onda de calor** em Israel, informaram os serviços de resgate e a imprensa local.

Assunto: Grávidas em áreas afetadas pelo zika vão participar de estudo da Fiocruz e EUA

Fonte: Diário de PE

Data: 22/06/2016



Gestantes no primeiro trimestre de gravidez moradoras de em áreas afetadas pelo zika e que não tenham contraído o vírus, vão participar de uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e os Institutos Nacionais da Saúde (NIH), agência governamental do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos. Das 10 mil mulheres acima de 15 anos que o estudo vai acompanhar, quatro mil serão brasileiras, das cidades do Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Ribeirão Preto.

O estudo de corte em múltiplas localidades pretende avaliar a magnitude dos riscos à saúde que infecções pelo zika colocam a mulheres grávidas e em seus fetos em desenvolvimento. Iniciado em Porto Rico, o trabalho será expandido para 15 localidades, chegando também na Colômbia e em outras áreas que enfrentam transmissões locais do vírus.

O estudo "Zika in Infants and Pregnancy-ZIP" (Zika em Grávidas e Bebês) vai acompanhar as gestações para determinar se as grávidas foram infectadas pelo vírus zika e quais foram as consequências da infecção para mãe e feto em caso positivo. Os bebês das mães participantes serão acompanhados por ao menos um ano após o nascimento.

O estudo pretende comparar os resultados das gestações entre mães infectadas e não infectadas por zika, documentando a frequência de abortos espontâneos, nascimentos prematuros, microcefalia, malformações do sistema nervoso e outras complicações. A pesquisa também vai comparar o risco de complicações na gravidez entre mulheres que tiveram sintomas de infecção por zika e aquelas que foram infectadas, mas não tiveram sintomas. Além o trabalho vai avaliar como a infecção altera embriões e fetos e o papel que ambientes, determinantes sociais da saúde e outras infecções, como casos prévios de dengue, podem interferir na saúde das participantes do estudo e dos recém-nascidos.

As participantes do estudo ZIP serão monitoradas mensalmente no pré-natal e terão exames colhidos semanalmente, até seis semanas após o parto. Elas passarão por exames físicos e terão amostras de sangue, urina, saliva e secreções vaginais colhidas. Recém-nascidos cujas mães autorizem a participação serão avaliados 48 horas após o nascimento e novamente aos 3, 6, 9 e 12 meses.

O estudo está sendo financiado e conduzido pelo Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), o Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz) e órgãos integrantes do NIH, como o Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas (NIAID), o Instituto Nacional de Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano (NIHCD) e o Instituto Nacional de Saúde Ambiental. A Fiocruz

conta ainda com a parceria de vários institutos e universidades brasileiras, além das secretarias municipais e estaduais de Saúde.

Assunto: Abraminj apoia ativamente da criação de fórum nacional cível da infância e da juventude

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e de Juventude

Data: 22/06/2016



A Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude - Abraminj, por meio de seu presidente Renato Rodovalho Scussel, apoia a criação de um fórum nacional para tratar das questões cíveis ligadas à criança e ao adolescente. O “Encontro Nacional dos Magistrados da Infância e da Juventude” será realizado nesta sexta-feira, dia 24/6, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), para concretizar o nascimento do fórum.

A iniciativa de criação do referido fórum partiu de um grupo de magistrados de vários tribunais estaduais, haja vista a ausência de um espaço específico para debate de matérias da justiça cível relacionadas à prevenção e proteção da criança e do adolescente, tais como adoção, ação de acolhimento, ações civis públicas da área infantojuvenil, conselhos tutelares.

Resultado da parceria entre a Abraminj e a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro – CEVIJ –TJRJ, o evento será aberto pelo presidente do TJRJ, Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e contará com a presença do juiz Renato Rodovalho Scussel, presidente da Abraminj e das juízas Renata Gil de Alcantara Videira, presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – Amaerj; Raquel Chrispino, Coordenadora Judiciária da CEVIJ; Adriana Ramos de Mello, juíza auxiliar da Presidência do TJRJ e Renata Lúcia Chuquer, juíza auxiliar da Corregedoria do TJRJ.

Programação completa no endereço:

<http://abraminj.org.br/Painel/anexos/FOLDER%20ENCONTRO%20RJ%20-%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20f%C3%B3rum%20c%C3%ADvel%20inf%20e%20juv.pdf>

Assunto: UNICEF e Banco do Brasil firmam parceria para mobilizar clientes em defesa das crianças e jovens

Fonte: ONU

Data: 22/06/2016



Banco do Brasil vai receber doações pelo crédito do Ourocard e repassá-las ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Verba vai fortalecer ações da agência da ONU. Parceria envolve campanha com histórias de crianças beneficiadas por projetos.



Parceria do BB e do UNICEF quer angariar doações de correntistas

O Banco do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) firmaram uma parceria para desenvolver ações conjuntas que ofereçam melhores condições de saúde, educação e proteção a milhares de crianças e adolescentes. O acordo prevê que o organismo financeiro convide seus milhões de clientes a fazer doações para a agência da ONU, utilizando o cartão Ourocard na função crédito.

A ideia é sensibilizar os correntistas e convencê-los a se tornarem aliados na defesa dos direitos de meninos e meninas, especialmente daqueles que se encontram em situação mais vulnerável. Para isso, os parceiros contarão histórias de crianças que precisam de ajuda para conseguir estudar, ter acesso a saúde ou serem protegidas contra a violência.

São milhares de meninos e meninas como Angelina Oliveira, de 7 anos, que tem deficiência visual. Para que possa estudar, ela foi inserida no projeto Rios de Inclusão — iniciativa do UNICEF em Belém que promove o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas.

“É por Angelina e por outros milhares de crianças e adolescentes que o UNICEF trabalha em parceria com empresas que se comprometem com os direitos da infância e que dão aos seus

clientes a oportunidade de se engajar na construção de um mundo mais justo para aqueles que estão mais vulneráveis”, explicou o representante da agência da ONU no Brasil, Gary Stahl.

“Acreditamos muito no engajamento de nossos clientes para potencializar os resultados que certamente virão dessas ações. O UNICEF já atua de forma ímpar em defesa dos direitos de nossas crianças e o Banco do Brasil se sente honrado em fazer parte disso”, destacou o representante da Diretoria de Meios de Pagamento do organismo financeiro, Rogério Panca.

Para participar da campanha e se tornar doadores do UNICEF, clientes do Banco do Brasil devem acessar o site www.euapoiounicef.org.br.

Juntos em emergências

Mesmo antes de assinarem o acordo de parceria em abril deste ano, o UNICEF e o Banco do Brasil já se uniram pelas crianças nepalesas, afetadas pelo terremoto que aconteceu no país em 2015. Funcionários do organismo financeiro tiveram a iniciativa de lançar uma campanha para os públicos interno e externo, convidando-os a fazer uma doação para a campanha de emergência do UNICEF.

Na ocasião, foram arrecadados quase 243 mil reais, que chegaram até milhares de crianças no Nepal em forma de abrigo, água e alimento.